APONTAMENTOS DE PSYCHOLOGIA

(Impresso como manuscripto)

1919
IMPRENSA MERCURIO
Andrade Neves, 92
PORTO ALEGRE

APONTAMENTOS DE PSYCHOLOGIA

(Impresso como manuscripto)

1919
IMPRENSA MERCURIO
Andrade Neves, 92
PORTO ALEGRE

INTRODUCÇÃO

1. Definição. A psychologia é "a sciencia da vida sensitiva e racional do homem". Pode definir-se tambem: "a sciencia da alma", entendendo pela palavra alma o principio vital do homem, cuja definição exacta será o resultado do proprio estudo da psychologia.

A vida é "movimento immanente", manifesta-se como vida vegetativa, e intellectual. A vida vegetativa é objecto das sciencias naturaes, a vida sensitiva e intellectual é objecto da psychologia.

2. Methodos em psychologia.

1.° O methodo analytico comprehende:

a) a introspecção, a reflexão sobre os proprios actos. E' a parte principal em todas as experiencias, mas insufficiente sem os outros methodos.

b) methodo experimental ou physiologico. (Weber, Fechner, Dubois-Reymond, Wundt). Este methodo estuda experimentalmente as condições materiaes que acompanham os actos psychicos. Desenvolvida só modernamente, a psychologia experimental já está constituindo uma sciencia nova separando-se da psychologia racional. Esta separação só póde prejudicar aos seus trabalhos e não faltam entre seus proprios defensores autores que seriamente a lamentam.

2.° Methodo synthetico, quer deduzir toda a psychologia de alguns principios geraes (Platão, Fichte). Combatendo o uso exagerado que os idealistas fizeram deste methodo, Herbart imaginou o "methodo mathematico". Elimina as questões relativas á substancia e ás faculdades da alma, considera exclusivamente as "representações reaes" e tratando estas como valores mathematicos constróe uma psychologia sem alma. Esta theoria já passou á historia.

3.° O methodo mixto principia pelo estudo das operações psychicas, pois estas podem ser observadas immediatamente e nellas é que se revelam faculdades e natureza da alma. Determinada esta, procura chegar a novas conclusões pela synthese.

3. A vida. O ser vivo é uma substancia, da qual é proprio mo-

ver-se a si mesma conforme sua natureza. (S. Thomas.) Procurando explicar a ultima razão da vida (em geral), foram estabelecidos os systemas seguintes:

a) O Vitalismo exagerado que suppõe, até nos vegetaes, uma substancia immaterial como principio da vida. (Bichat).

b) O Mechanicismo que quer explicar a vida por forças physicas, chimicas, mechanicas; nega o supra-material e as causas finaes. A insufficiencia absoluta da these mechanicista resulta do seguinte n.º 4.

c) O vitalismo moderado, admitte, alem das forças da materia bruta, um "principio de ordem e actividade", uma "inclinação vital" na materia dos seres vivos. Este principio forma, junto com a materia e as forças materiaes, a substancia viva.

4. Superioridade da substancia viva sobre a materia bruta.

a) As novas formas que a materia bruta pode revestir são sempre conforme as leis da inercia e do equilibrio; as da materia viva são contra estas leis (p. ex. a planta cresce para cima, as raizes deslocam a terra).

b) Os seres vivos desenvolvem orgãos e systemas vitaes (p. ex. apparelho digestivo) para a utilidade do ser vivo todo. A materia nem os desenvolve nem lhe podiam servir.

c) A materia produz só actividade transeunte, a vida actividade immanente. A actividade transeunte diminue com as resistencias que encontra. A actividade vital augmenta com as mesmas (cf. a experiencia do musculo tetanisado).

d) A vida tem suas leis proprias para "vencer" as influencias da materia: o frio, o calor, a actividade chimica do oxygenio, a humidade etc. Mais claramente manifesta-se esta opposição nas doenças.

5. Primeira origem da vida. Em todos os pontos opposta á materia, a vida não se pode ter desenvolvido della. Será pois necessario concluir á intervenção do creador para explicar o apparecimento della na terra. A theoria da panspermia interastral e outras semelhantes carecem de fundamento serio, emquanto que a da intervenção do creador está em harmonia, não só com a superioridade da vida sobre a materia como tambem com a cosmologia e a theodicea.

Psychologia sensitiva

1.ª PARTE

DA VIDA SENSITIVA EM GERAL

Nesta primeira parte consideramos principalmente a vida sensitiva dos animaes, cujo conhecimento contribue naturalmente para comprehensão mais completa da vida sensitiva do proprio homem.

I Definição

O animal define-se: "ser vivo sensitivo". A sensação, nota distinctiva fundamental entre a vida do animal e a vida vegetativa, tem como complemento natural: o appetite sensitivo e o movimento espontaneo.

A theoria de Descartes considera os animaes apenas como machinas sem sensação, cujos movimentos são produzidos mechanicamente. Ainda que de todos abandonada, está theoria é ainda, por alguns autores, applicada aos animaes inferiores.

Bichat attribue vida sensitiva até ás plantas, theoria esta que achou alguns defensores entre os proprios philosophos modernos. Não parece, entretanto, acceitavel porque (*a*) o principio superior da vida sensitiva devia manifestar-se mais claramente, (*b*) a sensação seria inutil, (*c*) o heliotropismo e outros phenomenos analogos explicam-se muito bem sem vida sensitiva, (*d*) a propria regularidade das suppostas manifestações da vida sensitiva denota sua origem mechanica.

II Dos sentidos

Os sentidos são perceptivos ou reproductivos. Os primeiros, determinados por um objecto presente, representam-no como tal. Os reproductivos representam objectos, antes percebidos pelos sentidos perceptivos, sem nova determinação da parte delles: a imaginação e a memoria.

1. Os sentidos perceptivos tem algumas funcções internas: o sentido commum e a força estimativa.

O sentido commum recolhe e une as impressões dos differentes sentidos externos, attribuindo-as ao mesmo objecto, por ex. a cor, a forma, o som, a temperatura de um instrumento de musica. Sem este sentido commum, as impressões dos differentes sentidos ficariam separadas como se fossem recebidas por differentes pessoas.

A presença deste sentido nos animaes manifesta-se, p. ex., quando (sensitivamente!) escolhem entre dois objectos.

Uma funcção do sentido commum é o sentido intimo, pelo qual o ser sensitivo percebe as sensações como suas proprias. Todo o proceder dos animaes prova que elles tambem possuem este sentido.

A força estimativa (instincto no sentido lato) percebe nos objectos a conveniencia ou disconveniencia para o proprio individuo (ex.: a ovelha que foge do lobo).

2. Os sentidos reproductivos conservam e reproduzem as percepções sensiveis. Emquanto propriamente conservadora de impressões passadas esta faculdade é chamada *memoria*, e é caracterizada pela ordem em que reproduz o passado; emquanto representa as impressões conservadas na memoria e fazendo abstracção da ordem, é chamada *imaginação*. Ambos os sentidos internos manifestam-se com frequencia na vida dos animaes.

III Instincto

No estudo do instincto, muito escuro, alias, e muito discutido, devem se evitar dois extremos que estão em contradicção com outras theses certas. Um extremo seria exagerar as faculdades dos animaes attribuindo-lhes intelligencia, o outro diminuil-as e querer explicar o instincto mechanicamente. A melhor solução do problema parece ser aquella que reduz a vida instinctiva a associações e imagens.

1. O primeiro elemento do instincto é associativo. A percepção externa provoca um sentimento agradavel ou desagradavel, conforme se achar em harmonia, ou não, com a natureza do individuo. Este sentimento, por sua vez, determina um movimento espontaneo para o objecto ou então de fuga.

Esta associação explica, em geral, as acções que dependem do affecto.

2. O segundo elemento são imagens sensiveis e innatas de acções uteis ao individuo ou á especie. Estas imagens *representam* a obra (acção) por fazer, toda ou em parte, e pertencem a ellas tambem as imagens cinestheticas dos movimentos correspondentes. Estas imagens *são innatas*, i. é, não adquiridas pela experiencia (em geral) mas dadas

pela natureza. Não sempre actualmente presentes na alma, ellas *são conservadas* a maneira das especies commemorativas, *despertam*, as mais das vezes, sob influxo de uma percepção externa, e *provocam*, mediante o appetite sensitivo, que acha satisfacção em cumprir estas acções, os movimentos espontaneos correspondentes.

3. Esta explicação do instincto parece a melhor, porque:

a) está em harmonia com todas os dados certos da psychologia sensitiva.

b) basta para explicar todas as acções instinctivas, bem como as anomalias que nas mesmas observamos.

c) é livre das supposições falsas que em outras theorias se encontram.

4. Descripção ulterior.

a) Caracteres do instincto: elle é innato, uniforme (nos individuos e nas especies), admitte adaptação ao meio ambiente, necessario (i. é, determina o animal), produz acções perfeitas desde o principio.

b) O instincto é: individual, ou social, ou da especie, conforme promove o bem do individuo, da sociedade ou da especie.

c) Admittindo uma certa transformação entre especies, deve se admittir tambem correspondente transformação do instincto.

5. Diversas opiniões.

Descartes: todos os movimentos instinctivos são movimentos reflexos.

Darwin: alguns instinctos ("primarios") são devidos a variações casuaes, provocados pelas circumstancias; outros ("os secundarios") são devidos a actos primitivamente intellectuaes, que se mechanisaram com o tempo (!!). Lamarck, Spencer, Romanes, sustentam, com algumas modificações, a mesma these.

Cuvier: o instincto é "un rêve-inné".

Outros recorrem á intelligencia para explicar as acções dos animaes. Quanto a ésta interpretação veja-se o n.º seguinte.

6. A definição do instincto que naturalmente se despreende do que fica dito é esta: Um impulso, anterior á experiencia do individuo, que determina o animal a realisar certos actos uniformes, coordenados, uteis á especie ou ao individuo, cujo fim porem não é conhecido pelo animal.

IV Os animaes não tem intelligencia

1. Definição da intelligencia. A intelligencia é a faculdade de formar ideias abstractas. D'ahi segue:

a) A intelligencia pode conceber objectos immateriaes (Espirito, virtude....).

b) Ella concebe os objectos materiaes de um modo immaterial, forma conceitos universaes. Cf. o modo material de representar seus objectos, da imaginação.

c) A intelligencia percebe relações como taes; em particular a de causa a effeito.

d) Ella forma juizos e raciocinios, que são muito differentes das associações sensitivas.

e) Reflecte sobre suas proprias acções, examinando-lhes a utilidade, a belleza, a moralidade, e, em consequencia disso aperfeiçoa seus actos, realisa progresso.

2. A intelligencia falta aos animaes.

1.º *argumento*. Seres intelligentes tem linguagem conceitual. Ora os animaes não tem linguagem conceitual. Logo nem tem intelligencia. (Linguagem conceitual exprime conceitos, e não apenas sentimentos como a linguagem chamada natural.)

A maior segue da necessidade ineluctavel com que o ser intelligente, formando ideas e juizos, os communica a seus semelhantes.

Quanto á menor: *a*) A linguagem dos animaes é natural.

b) Certos signaes que observamos na vida dos animaes, pelos quaes estes se communicam determinadas impressões, explicam-se perfeitamente por associações sensitivas. Cf. o signal da sentinella que da alarme aos companheiros.

c) Jamais animal algum, até collocado nas circumstancias mais favoraveis, apprendeu linguagem conceitual.

2.º *argumento*. A intelligencia leva necessariamente ao progresso. Ora os animaes não realisam progresso. Logo não tem intelligencia.

Quanto á maior. A intelligencia dá uma ideia abstracta das necessidades do individuo (necessidade de se proteger contra influencia do tempo), ella dá um typo abstracto das obras que podem occorrer a estas necessidades (habitação). Comparando este typo abstracto com a realidade da obra, a intelligencia descobre as imperfeições desta, conhecendo alem disso as relações de causa para effeito, de meio para o fim, corrigirá estas imperfeições, realisará progresso.

Quanto á menor. Os animaes podem individualmente ser ensinados pelos homens (por processos de adestração puramente sensitivos), pela experiencia sensitiva podem ser levados a adaptar suas obras de instincto ás circumstancias que apresenta o meio ambiente. D'ahi, porem não passam, não realisam progressos que suppunham ideas abstractas.

Para explicar o instincto, não se pode recorrer á intelligencia, porque (1.º) não se deve suppor intelligencia, emquanto o instincto pode ser explicado sem ella. (2.º) A intelligencia não explica como os animaes chegam a praticar acções, cuja utilidade não *podem* conhecer

intellectivamente. (3.º) Não explica porque os animaes praticam acções instinctivas em circumstancias que as tornam evidentemente inuteis. (4.º) Não explica certas anomalias.

Como os animaes não tem intelligencia, tambem não podem possuir o livre arbitrio, sciencia, moralidade, religião, direito, que são consequencias só da intelligencia.

V O principio da vida sensitiva é essencialmente superior ás forças da materia bruta

1.º *argumento*. A vida vegetativa suppõe um principio superior ás forças da materia. Logo, a mesma superioridade deve ser concedida ao principio da sensação

2.º *argumento*. A superioridade da sensação segue das considerações seguintes: **a)** A actividade da materia é sempre inconsciente, a sensação é consciente. Comparem-se, por ex., as vibrações do ar e o som, a força attractiva da terra, actuando sobre um corpo, e a sensação do cansaço, a imagem produzida na chapa photographica com a imagem produzida nos olhos, a destruição da materia com a do ser vivo, uma poesia impressa e uma poesia relembrada.

A superioridade do ser sensitivo consiste nisto que só para o ser consciente existe o resto do mundo.

b) Toda a actividade da materia é transeunte, a do ser sensitivo é immanente. O acto immanente é essencialmente superior ao acto transeunte, porque só o acto immanente é todo inteiro a bem do individuo

c) As forças da materia podem ser transformadas umas nas outras. (Movimento, calor, luz, electricidade). As forças sensitivas não são convertiveis entre si, e muito menos podem ser transformadas em energias mechanicas.

d) Toda a materia pode receber todas as formas das forças materiaes; nunca pode receber qualquer forma das forças sensitivas. Logo estas forças pertencem a uma categoria essencialmente superior.

e) As forças da materia estão sempre em relação directa com o espaço. As forças sensitivas não assim.

O movimento material segue sempre uma "linha". O effeito da attracção, da luz, do calor... está sempre em relação com a distancia entre dois corpos. O peso... depende do tamanho dos corpos. Esta dependencia mutua é a consequencia necessaria da materialidade destas forças.

Nada disto se pode affirmar dos actos sensitivos, que não são nem lineares, nem quadrados, nem movimento, nem dependentes de distan-

cias. A *intensidade* de um acto sensitivo (da vista p. ex.) pode soffrer a influencia da distancia, mas não o acto como sensitivo. Com mais razão ainda applica-se este argumento aos actos sensitivos de odio...

A superioridade do ser sensitivo manifesta-se, pois, de muitos modos. Só elle tem consciencia de si e consciencia da existencia do mundo, só a actividade delle é immanente (alem da actividade vegetativa) dirigida para o proprio bem, só elle reproduz o resto do mundo pelas faculdades cognoscitivas, só elle pode com independencia completa do mundo exterior crear, pela imaginação, existencias novas, a acção delle é a unica que não depende do espaço.

Pelo que precede fica provado que um principio supramaterial (i. é, de ordem superior ás forças da materia bruta), deve concorrer para o acto da sensação. A necessidade de um principio material é provada pela experiencia. Estes dois principios juntos formam o principio total: o orgão sensitivo vivo.

VI Unidade e simplicidade do principio vital (dos animaes)

1. Não ha nos animaes senão um só principio para a dupla vida sensitiva e vegetativa. (O "vitalismo" suppõe duas almas, Platão, no homem, tres almas).

Argumento: a união entre as duas vidas vegetativa e sensitiva é tão harmonica, perfeita e constante que não pode ser o effeito de duas almas separadas. (*a*) As funcções da vida vegetativa produzem os orgãos da vida sensitiva, e esta, por sua vez, provê ás necessidades daquella. (fome...) (*b*) Actividade muito forte da vida sensitiva suspende as funcções da vida vegetativa (dor!) (*c*) Principiam juntos, desenvolvem-se e acabam juntos. (*d*) Alem disso não é scientifico suppor dois principios onde um só basta para explicar os phenomenos.

2. A alma do animal não tem subsistencia propria, ella subsiste como parte substancial do animal todo. E' chamada "substancia incompleta ou parcial" — e a mesma palavra applica-se ao corpo — porque só com o corpo perfaz uma substancia completa. E' chamada tambem "material", porque na sua existencia depende intrinsecamente da materia (não como se fosse feita de materia); ou "forma substancial", porque formando com a materia uma substancia nova, constitue este ser novo numa categoria superior. (As formas accidentaes deixam a substancia na sua categoria.)

Argumento. Essencia e actividade de um ser estão sempre em proporção necessaria. (São da mesma ordem). Ora toda a actividade do animal é intrinsecamente dependente da materia, como segue do N.º IV acima. Logo tambem a alma do animal.

Alem disso: a vida sensitiva tem por fim unico o bem estar material. (Movimento local, affecto sensitivo, conhecimentos sensitivos). Logo o principio della já não tem razão de ser quando separado da materia. Logo não lhe devemos suppor uma essencia capaz de continuar a existencia depois de destruido o corpo, como seria uma alma de categoria superior.

3. A simplicidade da alma do animal é de essencia, de perfeição, de natureza, mas não de existencia.

Simplicidade de essencia: i. é, não é composta de partes essenciaes, como o animal todo.

Simplicidade de perfeição: i. é, a perfeição da alma sensitiva existe toda no animal todo e toda em qualquer parte delle; com outras palavras a differença entre vista e ouvido, p. ex., está só na materia não na alma que a informa.

Simplicidade da natureza: i. é, as partes exigem-se mutuamente, até certo ponto, não podem existir umas sem as outras. Esta simplicidade porem, é imperfeita nos animaes inferiores.

A simplicidade de existencia negamos a alma do animal. Ella é *extensa*. A razão disto é esta: uma alma cuja essencia e existencia toda é intrinsecamente dependente da materia, tem naturalmente tambem um modo de existir em proporção com a materia, i. é, ella é extensa.

2.ª PARTE

DA VIDA SENSITIVA DO HOMEM

CAPITULO I

Sentidos perceptivos

— § 1.º —

Em que consiste a sensação?

I Da cognição em geral

1. Definição. a cognição é um acto immanente, accidental que nos manifesta o seu objecto.

Immanente: E' um acto vital, provocado por um estimulo externo e executado pela reacção da faculdade cognoscitiva.

E' *accidental*: Sem mudar a substancia do sujeito, a cognição produz nelle apenas uma modificação.

O acto cognoscitivo é ainda *relativo*, i. é, inclue essencialmente uma relação a um objecto.

A conformidade com o objecto é *intencional*, não natural como a semelhança entre homem e homem.

2. Objecto da cognição sensitiva.

Quanto á definição do objecto commum e proprio: veja-se Critereologia Cap. IV. 2.

Objecto concomitante é aquelle que não é percebido directamente, e sim, por estar unido com o objecto proprio dos sentidos, por ex. a substancia. A percepção do objecto concomitante é material, confusa, impropria, mas feita sem intervenção do raciocinio.

II Das qualidades sensitivas

A sensação, uma em si, é qualificada pelos differentes orgãos dos sentidos. A sensação reside nos sentidos. A causa externa está nos ob-

jectos (movimentos de particulas minimas etc.) e nem sempre é percebida pelos sentidos como é em si mesma.

A As qualidades dos sentidos

1. A vista. *a*) *O objecto* da vista são as côres. Os raios da luz ao encontro de um objecto, são em parte absorvidos, em parte reflectidos. Os raios irregulares reflectidos determinam a côr. Absorpção e reflexão dependem da superficie do objecto.

b) *Retina*. A mancha amarella é o ponto de maior precisão. Os bastonetes tem maior irritabilidade do que os cones; servem na meia-escuridão, mas são só susceptiveis da côr branca e preta, que sempre substituem ás outras. Os cones são susceptiveis de todas as côres. A imagem na retina é discontinua e tem só duas dimensões.

c) *Origem da côr*. Os raios de luz provocam processos chimicos nos cones e bastonetes. Estes processos, por sua vez, provocam uma modificação no nervo optico e no cerebro. A alma reage e esta reacção produz o acto visual no qual, propriamente, a côr toma origem.

d) *As côres fundamentaes*: Branco-preto; amarello-azul; encarnado-verde. As outras côres são mixtas.

A variedade das côres depende, em geral, da longitude das vibrações. Todas as côres, tambem as côres espectraes, podem ser o resultado de varias combinações, até uma mesma côr pode resultar de varias combinações differentes entre si.

A côr branca não corresponde a nenhum estimulo determinado, ella é sempre resultado de estimulos combinados. O preto não é reacção contra um estimulo externo, mas o resultado de uma irritação interna, por isso, o preto vê-se tambem de olhos fechados. Intensidade e duração influem na percepção da côr.

2. Ouvido. Causa das sensações auditivas são corpos que, vibrando, produzem ondulações longitudinaes no ar ambiente. Estas ondulações são quasi sempre de varias especies no mesmo tempo, podem, entretanto ser percebidas como um som unico, resultante de muitos elementos differentes. Os sons entram no ouvido, passam, em seguida, por varias transformações, e são, depois (conforme a theoria mais provavel) decompostos em seus elementos constitutivos. Os nervos auditivos terminam num grande numero de fibrilhas (20.000) cada uma das quaes pode receber só um som (movimento!). Estas fibrilhas recebem os elementos em que o som foi decomposto, transmittem-nos pelos nervos e provocam assim a reacção da alma, o som propriamente dito.

Distinguem "tom" e "ruido", aquelle é tranquillo e regular, este irregular. No tom distinguem: (*a*) intensidade, é determinada pela amplitude; unidimensional. (*b*) qualidade, determinada pelo numero das

oscillações; uma dimensão de mais baixo até ao mais alto. (*c*) clangor: consonancia de varios tons, determinado pela composição.

3. Olfacto. Seu effeito são particulas minimas que se desprendem da substancia cheirosa, affectam a membrana pituitaria, e excitando assim os respectivos nervos provocam a reacção da alma. O fim do olfacto é examinar o ar ambiente e os alimentos; excitar a vontade de comer. E' dos sentidos inferiores, porque não é apto para receber impressões finas, desconhece o espaço. Rico, porem, em qualidades é muito util para a vida sensitiva.

4. Gosto. Objecto: substancias saborosas que actuam immediatamente sobre as papillas da bocca. As papillas são de varias especies, adaptando-se ás differentes especies de sabor que são quatro: doce, amargo, acido, salgado. Muitos que parecem sabores são na realidade combinações do gosto com o olfacto e o tacto. Fim do gosto: examinar os alimentos; estimular a vontade de comer.

5. Tacto. O tacto comprehende todas as sensações que não são comprehendidas nos outros sentidos. Estas sensações podem ser reduzidas a 4 classes.

I. Sensações da cutis: 1. Sensações do tacto no sentido estricto, (pressão, contacto...) provocadas por qualquer deformação na pelle.

2. Sensações de temperatura, tem para calor e frio duas classes de nervos differentes entre si, guardam sempre de algum modo sua reacção especifica.

3. Sensação da dor, tem provavelmente orgãos proprios, pode ser provocada por agentes muito differentes.

II. Sensação muscular, indica a posição do corpo e a resistencia que pode encontrar (peso).

III. Sensações estaticas. Orgam dellas são o labyrintho e os otolithos; indicam a posição e os movimentos da cabeça.

IV. Sensações organicas: comprehendem todas as sensações restantes, como sejam as que acompanham a respiração, fome, palpitações...

B Numero dos sentidos

Ainda não se pode dar uma classificação dos sentidos que satisfaça inteiramente, porque as funcções, enumeradas debaixo do sentido do tacto, não são bastante elucidadas ainda. Parece certo, entretanto, que podem ser considerados como sentidos proprios: o sentido do tacto propriamente dicto, o do frio e o do calor, bem como provavelmente o da dor. O principio de divisão será, naturalmente, a qualidade dos sentidos; onde, porem, este principio não chegar, devemos recorrer a principios secundarios, p. ex. a diversidade dos orgãos.

C Energia especifica dos sentidos

A lei da energia especifica diz: as reacções dos sentidos, ainda que provocadas por estimulos inadequados, são sempre da mesma especie. A explicação provavel desta lei é a seguinte: Os orgãos perifericos são construidos de tal forma que, em geral, só os estimulos especificos possam actuar sobre elles. Estes estimulos, em conformidade com a natureza dos orgãos produzem nos nervos aquelles movimentos complicados que, no cerebro, provocam a reacção especifica. Este processo, muitas vezes repetido, modifica, a pouco e pouco, o sentido de modo que, em virtude desta mesma modificação assim adquirida, reaja sempre da mesma maneira, tambem quando o estimulo exterior é inadequado.

"Substituição dos sentidos" (p. ex. lêr, no sentido proprio, com os dedos) parece inadmissivel, e ainda não houve casos em que esta substituição fosse averiguada.

"Synesthesia" chama-se o phenomeno, de se accrescentar, espontaneamente, á sensação normal de um sentido, a de um sentido differente, como quando a lettra a provoca a sensação de amarello.

III Intensidade da sensação

A As leis que regem a intensidade

1.º *Os termos*. Chama-se "limiar da sensação" o estimulo mais fraco que ainda pode ser percebido por um sentido desoccupado, representa, pois, o limite inferior da sensação. Alguns autores julgam que haja tambem um limite superior, marcado por uma intensidade de sensação tanta que nenhum augmento do estimulo possa ser percebido. Esta supposição não pode ser verificada experimentalmente. E' chamado "limiar differencial" o estimulo minimo que ainda pode ser percebido como *augmento* de uma sensação precedente.

2.º — *A lei de E. H. Weber*: o limiar differencial está sempre em relação com a sensação precedente. Esta lei só tem valor para intensidades medias, e até dentro deste ambito não é absoluta. Sua applicação depende tambem das disposições do individuo.

A teleologia desta lei é evidente: ella preserva o homem de muitas sensações que não tem importancia, que, até, seriam prejudiciaes pelas distracções que causariam, e, no mesmo tempo defendem o sujeito de um cansaço excusado.

3.º *Lei de G. Fechner*. Procurando reduzir a lei de Weber a uma formula mathematica, Fechner estabeleceu a lei seguinte: Para que as intensidades das sensações augmentem em proporção arithmetica, os estimulos devem augmentar em proporção geometrica.

Na idea de Fechner, adepto do parallelismo psycho-physico (v. i.), esta lei rege a relação entre a materia e o espirito; i. é, a irritação dos nervos está em proporção directa com o estimulo, mas, mirando-se na alma, esta irritação perde sua força na proporção que a lei indica. A falsidade desta interpretação ficará patente pela refutação do parallelismo que daremos na II.ª Parte da psychologia. A interpretação mais provavel é que a força da irritação seja reduzida, passando dos pontos *periphericos* ao cerebro, por um systema nervoso já occupado por outras sensações.

B "Sensações inconscientes"

Alguns autores querem vêr sensações inconscientes em certos actos da vida sensitiva, como sejam: associações mediatas, as sensações dos recem-nascidos, ruidos continuos e monotonos que já não se percebem. Como, porem, a sensação é consciente por definição, parece que estes factos devem ser explicados de outro modo, por exemplo como sensações muito fracamente conscientes. Pode-se tambem admittir que haja na vida sensitiva *reacções* inconscientes, e que no ser sensitivo sejam produzidas modificações que não se tornam conscientes. Sensações, porem, inconscientes parecem impossiveis.

IV A sensação do extenso e da duração

O sentido que percebe objectos extensos (a vista e o tacto) percebe-lhes tambem a extensão. A extensão percebida não affecta a percepção em si (a percepção do circulo não é redonda), ella é um elemento da sensação, que representa a extensão objectiva. Cf. a perspectiva de um painel que representa tres dimensões sem alterar a superficie plana da tela.

Semelhantemente é percebida, por um elemento do acto sensitivo a duração dos phenomenos. Note-se que a propria duração do phenomeno observado é percebida, não só a duração do acto.

— § 2.º —

Analyse ulterior do acto da sensação

1. A faculdade sensitiva em si é indeterminada, indifferente para este ou aquelle objecto. Para sahir desta indeterminação deve ser determinada por um objecto. A acção do objecto no sentido é chamada "determinante objectiva" (tambem: especie impressa, especie sensitiva). Esta determinante é causa parcial do acto sensitivo, não apenas condi

ção. O cego-nascido não pode ter nenhuma imagem das côres, porque esta determinante lhe faz falta.

2. Entrando no sentido, a determinante objectiva provoca uma reacção, a "determinante subjectiva" (especie expressa). Esta é a segunda causa parcial da sensação, tão indispensavel como a primeira. Estas duas causas parciaes juntas perfazem a causa completa do acto da sensação. O effeito dellas é a "imagem", a "determinante cognoscitiva", por meio da qual o sentido percebe seu objecto.

3. A necessidade da determinante subjectiva é evidente, pois a determinante cognoscitiva é vital, o objecto recebe nella existencia nova, supramaterial, essencialmente mais alta do que as forças puramente physicas da determinante objectiva. Não pode, por conseguinte, ser effeito produzido por esta ultima só.

4. A determinante cognoscitiva é o meio pelo qual a cognição sensitiva se realisa. Ella é o acto cognoscitivo.

A determinante é vital, está em proporção com os outros sentidos e com o appetite sensitivo; ella é conscia e immanente.

A determinante, imagem conscia, é o meio no qual e junto com o qual percebemos o proprio objecto; não pode ser comparada com o retrato pelo qual conhecemos uma pessoa ausente, porque percebemos o proprio objecto da imagem, não só a imagem. Nem deve ser considerada como uma imagem que attingimos primeiro, para depois, num segundo acto attingirmos o objecto, pois não temos absolutamente consciencia de dois actos — a maior parte dos homens ignora até a existencia da determinante cognoscitiva — mas de um acto só, e neste acto percebemos determinante e objecto como uma coisa só. A cognição é pois immediata.

— § 3.º —

Séde da sensação

A opinião antiga collocava a sensação na parte exterior dos sentidos. Modernamente julgam muitos que ella se realisa no proprio cerebro. Alguns adoptam uma opinião media, tomando como séde da sensação o sentido todo, parte interna e externa. (Assim p. ex. Mercier, Farges, Pesch.)

Razões a favor da opinião, que colloca a sensação no cerebro:

1. As allucinações que, physiologicamente são eguaes ás percepções sensitivas, são produzidas só pelo cerebro.

2. As illusões dos amputados, as localisações erradas depois da transposição de uma parte da pelle, as projecções excentricas militam a favor da mesma opinião.

A explicação, porque commummente localisamos as sensações na

parte exterior dos sentidos, parece ser a seguinte: o sentido, de per si, só dá o facto da sensação. A localisação subjectiva é um segundo elemento que se accrescenta á sensação. Ella accrescenta-se sob o influxo da experiencia, que, por sua vez, não diz nada nem da actividade do cerebro, nem da dos nervos, pois nem uma nem a outra é percebida no estado normal. Localisamos assim, a sensação, muito naturalmente naquelle ponto que unicamente conhecemos pela experiencia: e que nos põe em relação immediata com o mundo exterior, na parte externa dos sentidos.

Quanto á localisação dos processos physiologicos no cerebro, veja-se a historia natural.

— § 4 —

Do sentido commum e da força estimativa

I

Quanto ao sentido commum em geral, veja-se 1.ª parte, II.º.

Uma funcção do sentido commum é, para muitos autores, o sentido intimo, pelo qual percebemos — de um modo concreto — as nossas impressões sensitivas, todos os nossos actos sensitivos *como nossos*, percebendo nelles a nós mesmos como sujeito activo ou passivo. O sentido intimo acompanha todas as sensações, é um elemento dellas, não uma faculdade separada.

Manifesta-se, primeiro, na reflexão sobre os nossos actos passados, reflexão esta que nem seria possivel, se aquelles actos tivessem sido presentes em nós, só em sua realidade, sem terem sido percebidos como nossos; segundo, na analyse dos nossos actos. Com effeito, em todos os nossos actos encontramo-nos a nós mesmos como sujeito psychologico delles; terceiro, na identidade do proprio "eu" ao qual referimos todos os actos das differentes faculdades.

II

Força estimativa

A força estimativa (instincto no sentido lato) acha-se tambem no homem; manifesta-se, p. ex., no uso da comida. Entretanto, nem esta nem o instincto propriamente dito, manifestam-se com muita evidencia no homem adulto, porque este prosegue, em geral, um fim intellectivamente conhecido. Quanto ao instincto no sentido estricto, é certo que ha no homem affeições que levam a executar determinados movimentos

(p. ex. nos recem-nascidos), e outras que concorrem com actos aliás impostos pela intelligencia (amor de mãe); mas é duvidoso se haja no homem affeições que por si só o determinam, e ainda mais se haja no homem imagens innatas que o guiam á maneira das imagens instinctivas dos animaes.

CAPITULO II

Sentidos reproductivos

I Imaginação

A. Definição e descripção

A imaginação é a faculdade organica que retem, reproduz e combina entre si as representações sensitivas dos differentes sentidos.

A imaginação não retem a propria imagem, mas uma disposição (especie commemorativa), a qual reproduz, quando determinada para isso, uma imagem identica com aquella que antes tiveramos. Cf. a chapa do grammophone. Ésta disposição não é puramente material, porque as reproducções por associação não se fazem conforme leis mechanicas; ella reside na faculdade informada, pois as ditas reproducções se fazem conforme as leis psychologicas.

A imaginação pode ainda compor e decompor as imagens recebidas, e como tal é chamada "constructiva". Quando prosegue fins artisticos, chama-se tambem "creadora".

Dintinguem ainda: (*a*) imagem propriamente dita (as vezes erradamente chamada "idea"). (*b*) Assimilação: imagens de objectos que só *julgamos* perceber e que associamos a objectos actualmente percebidos. (*c*) Alluciнações: imagens sem objecto, mas tão vivas que se projectam fora dos sentidos.

Cada sentido possue sua imaginação.

B. Differença entre a imaginação e a percepção externa

Os sentidos externos (*a*) dependem de um estimulo externo. (*b*) Suas imagens são incomparavelmente mais claras e (*c*) completas. (*d*) Quando applicados aos objectos, seu trabalho é independente da nossa vontade. (*e*) Trazem a convicção da realidade objectiva. A imaginação, por sua vez, não depende da presença dos objectos, dispõe, á vontade, dos elementos que os sentidos externos forneceram, constitue, por isso, uma faculdade mais alta.

A differença entre as duas faculdades não parece, entretanto, ser essencial senão só gradual. E' a mesma faculdade que como sentido

percebe e como imaginação reproduz e combina. A natureza das allucinações falla a favor desta opinião.

C. Associação de imagens (ideas)

Associação é o vinculo que liga duas imagens e que com ellas perdura. Em virtude da associação dispertam-se mutuamente imagens que estão em relação entre si, p. ex.: 1868 — guerra — victoria — feriado — passeio. Estas relações entre ideas reduzem-se a relações de semelhança e de contiguidade no tempo e no espaço. Das muitas imagens com que cada imagem está em relação despertará, as mais das vezes, aquella com que a associação é mais intensa.

E' de suppor que um elemento material entre nos constitutivos da associação; seria, porem, engano querer reduzil-a totalmente a elementos materiaes. Com effeito:

1.º As imagens associadas possuem, em geral, uma certa e determinada unidade. Ora se as associações se fizessem conforme leis puramente materiaes, esta unidade superior havia de faltar.

2.º Os mesmos elementos (côr, pessoas, paisagens...) podem entrar em associações muito diversas, formando cada vez uma nova unidade. Ora esta unidade suppõe um elemento cognoscitivo superior.

3.º Uma associação material depende do tamanho das imagens. Este porem pode variar, ficando egual a força associativa das imagens.

4.º Quem concede que as associações voluntarias não seguem as leis da materia, não tem motivo nenhum de restringir as associações espontaneas a estas leis.

O dispertar das imagens pode, ás vezes, ter uma causa puramente physiologica, p. ex.: a fome.

Por causa da união estreita entre imaginação e intelligencia, a associação das imagens provoca naturalmente associações de ideas.

A intensidade da associação entre duas imagens (ideas) depende muito das circumstancias. Na sua parte material depende, por ex., do numero das vezes que se fez o transito de uma imagem a outra; na sua parte supra-material do interesse que temos pelas differentes imagens. O curso das associações pode totalmente ser dirigido pela vontade.

A importancia da associação é muito grande para a vida sensitiva e intellectual. Ella intervem na memoria (mnemonica), no sentido commum, no instincto, abrange a vida affectiva e os movimentos espontaneos (andar).

D. Importancia da imaginação

Sendo a imaginação a condição (extrinseca, mas) indispensavel da actividade intellectual, esta depende muito da orientação e das dispo-

sições daquella. A imaginação de uma pessoa pode ser mais propria para representações mathematicas, a de outra mais propria para representações graphicas, phonicas... As disposições physicas influem muito na actividade da imaginação.

Orgam da imaginação é o cerebro. Doenças mentaes vem de uma indisposição deste orgam.

E. Imaginação anormal

1. Allucinações são imagens provocadas por estimulos internos, eguaes em intensidade ás sensações externas. Subjectivamente não differem dellas. A origem das allucinações ainda não tem explicação certa

2. Sonhos são, em geral, illusões e allucinações, provocadas por estimulos internos ou externos e que seguem, muitas vezes, seu curso conforme as leis da associação, sem a direcção da intelligencia e da vontade. Ainda que estas ultimas faculdades *possam* de algum modo intervir no sonho, faltará sempre o criterio da verdade. Quem sonha, dá fé a todas as illusões. Alguns autores querem explicar a falta deste criterio pela impossibilidade de comparar as imaginações do sonho com as percepções dos sentidos externos; outros pela falta da direcção da parte da intelligencia e da vontade.

3. O somnambulismo natural distingue-se do sonho só pelo facto de se accrescentarem movimentos espontaneos.

II Memoria sensitiva

1. Definição. A memoria é a faculdade de conservar e de reproduzir impressões e conhecimentos passados e de os reconhecer como taes. E' chamada sensitiva emquanto se limita a factos da vida sensitiva; esta existe tambem no animal.

2. Analyse. A memoria sensitiva não inclue a noção abstracta do tempo passado, nem reconhece abstractamente o passado como tal, nem forma o juizo: o objecto A presente é egual ao objecto A passado.

Ella reconhece de um modo concreto o facto passado como tal. E' evidente que a imagem do objecto A, que o sentido reproduz pela decima vez, differe de algum modo da imagem do objecto B que está produzindo pela primeira vez, e é nesta differença que se baseia a memoria sensitiva. A successão no tempo é percebida pelo animal materialmente, como tambem é percebida a successão no espaço, e o tempo presente que tambem é successão, cuja percepção suppõe a memoria.

3. A memoria sensitiva do homem, sob a direcção da intelligencia é naturalmente capaz de effeitos muito mais complicados do que a memoria do animal: colloca, com mais exactidão, o facto relembrado

na serie dos acontecimentos passados, avalia melhor o tempo decorrido desde aquelle facto etc.

4. Recordação, isto é, procurar propositalmente na memoria um facto esquecido. Só o homem possue a faculdade de recordar porque só elle conhece o esquecido como esquecido. No animal só pode haver recordações improprias, effeitos do acaso.

5. Differença entre a simples imagem, effeito da imaginação, e a imagem que reproduz um facto passado. Quando as distinguimos: (1) a imagem da memoria apresenta-se em geral com outras imagens associadas que dão um fundamento para esta distincção; (2) apresenta-se sempre do mesmo modo; (3) colloca-se espontaneamente na serie dos acontecimentos passados. (4) No homem accrescenta-se o conhecimento intellectual do passado como meio mais poderoso de distincção.

CAPITULO III

Dos sentidos em geral

1. Distincção entre os sentidos. Parece que as differentes actividades dos sentidos, tanto perceptivos como reproductivos, se reduzem a funcções da imaginativa. Conforme o que fica dito no Cap. I.º § 3.º, e no Cap. II.º, I B, é a mesma faculdade interna que pelos *sentidos externos* percebe e pela imaginação reproduz. (NB. Nada importa na presente questão se a imagem é provocada por estimulo externo ou interno). O *sentido commum* é a imaginação emquanto reune as impressões dos sentidos; o *sentido intimo* é a mesma emquanto as percebe como suas proprias. Do mesmo modo a *memoria* não passa de uma funcção da imaginação. Alem disso, a memoria deve tambem perceber objectos presentes, do contrario não os podia relembrar. Emquanto transmitte ao appetite sensitivo impressões correspondentes ás percepções externas, a imaginação identifica-se com *a estimativa*. O facto de ella perceber notas que o sentido externo não percebeu não prova, que ella seja uma faculdade essencialmente differente.

2. Localisação. A. Na discussão sobre a origem da localisação distinguem-se duas theorias principaes: o *nativismo* que affirma que o ser sensitivo nasce com a faculdade de distinguir as tres dimensões, e de localisar, de algum modo, os objectos no espaço. O *empirismo,* pelo contrario, quer explicar toda a localisação, só pela experiencia. Nas suas formas extremas estas duas opiniões já não tem muitos defensores, hoje em dia. Tirando dellas o que cada uma tem de mais acceitavel, a localisação pode ser explicada como segue.

B. E' innata a faculdade de distinguir duas dimensões, tanto pela

vista como pelo tacto. A razão disto é, porque o objecto é sempre percebido como extenso.

C. A percepção da terceira dimensão pela vista parece ser o resultado da experiencia. Apoia-se esta opinião no facto que os cegos-natos, recebendo mais tarde repentinamente a vista, nunca são capazes de dizer alguma coisa sobre as distancias e erram muito quando querem aprecial-as por criterios secundarios. A propria circumstancia de vermos distancias onde não existem (na pintura) revela seu caracter subjectivo.

D. A percepção da terceira dimensão desenvolve-se (1) pela comparação do tamanho apparente de um objecto com o tamanho verdadeiro conhecido; (2) pelas relações geometricas (perspectiva); (3) pelas matizes das côres; (4) pela accommodação dos olhos ás distancias; (5) pela divergencia das imagens nas duas retinas.

E. Olfacto, gosto, ouvido não localisam, porque lhes faltam meios para representar distancias e extensão. Ajudados, porem, pela intensidade da percepção e pela experiencia adquirida com o auxilio dos outros sentidos, chegam a localisar seus objectos, mas de um modo bastante vago.

F. Lei da localisação (subjectiva e objectiva). Localisamos o objecto das percepções, por associação, naquelle ponto do espaço (visual ou tactil), cuja imagem é despertada por esta percepção e unida com ella. Esta localisação pode ser o effeito da experiencia, e tambem o de uma expectativa muito intensa de perceber o objecto naquelle lugar. Esta lei comprehende a localisação de todos os sentidos, das projecções excentricas etc. Em desenvolver este habito de localisar somos muito ajudados pelos movimentos reflexos, pelos quaes ganhamos um conhecimento bastante completo de nosso corpo. (Mappa do corpo).

G. Não existe distincção essencial entre a localisação subjectiva e objectiva. Ambas são adquiridas pela mesma experiencia, e representam distancias entre dois pontos.

As theorias precedentes representam, em geral, apenas opiniões muito provaveis.

2. Visão recta pelas imagens inversas na retina. Já que o acto visual tem sua séde no cerebro a posição das imagens na retina é de pouca importancia; a imagem é transmittida ao cerebro onde apparece sem "em cima" nem "em baixo". A localisação do objecto é feita pela imaginação, que, nesta tarefa, é ajudada pelos outros sentidos, principalmente pelo tacto, e pela experiencia. O experimento de Stratton confirma esta hypothese em todos os pontos. Nos recem-nascidos desenvolve-se a distincção entre a parte inferior e superior do campo visual com o tempo.

3. Percepção do proprio corpo. O modo de perceber o corpo proprio não é essencialmente differente do de conhecer a materia que

existe fóra de nós. (Cf. o que foi dito sobre a localisação.) Conhecemos o nosso corpo principalmente pelas relações em que está com a nossa vida psychica, manifesta-se, porem, muito mais depressa do que a materia ambiente porque toma parte em todas nossas sensações. Distinguimol-o dos outros seres materiaes: porque percebemos os movimentos do nosso corpo como nossos; porque só elle obedece a nossa vontade, só elle é instrumento do nosso "eu"; porque sentimos o nosso corpo quando está em contacto com outra materia.

4. Percepção da identidade do proprio "eu". A percepção da identidade do sujeito dos actos presentes com o sujeito de certos actos passados baseia-se (1) na circumstancia que aquellas acções passadas se apresentam como acções ou factos daquella série de acontecimentos que conheço como minha vida, i. é uma série de actos vitaes que se tem prolongado até ao momento presente, que sempre se apresenta do mesmo modo e com a mesma clareza como tendo sido objecto da consciencia propria (sentido intimo). (2.º) No facto de ser o "eu" presente o resultado do "eu" passado (educação, exames...) (3.º) Na identidade do corpo que costuma guardar suas particularidades, ainda que mude a materia que o compõe.

CAPITULO IV

AS OUTRAS FACULDADES SENSITIVAS

— § 1.º —

O appetite sensitivo

I O APPETITE SENSITIVO CONSIDERADO EM SI MESMO

O sentido mais geral da palavra appetite abrange todas as inclinações naturaes, incluindo até as affinidades chimicas.

O appetite sensitivo é a inclinação sensitiva de fugir ou de approximar-se de um objecto, considerado como sensitivamente agradavel ou desagradavel; manifesta-se nos movimentos espontaneos, como alegria, como medo etc. Para os irracionaes o appetite sensitivo é indispensavel. Só por elle são governados e sem este appetite pereceriam os individuos bem como as especies.

O appetite sensitivo está no mesmo nivel de perfeição como a cognição sensitiva, reside numa faculdade material, informada por um principio supramaterial. As disposições corporaes que acompanham as diversas especies do appetite sensitivo (p. ex. alegria e medo) são muito

differentes entre si e podem tambem ser provocadas artificialmnte por medicamentos, podem ser effeito de doenças etc., sem correspondente causa psychica.

A experiencia attesta que o appetite sensitivo não depende do livre arbitrio, que é muitas vezes provocado pelo bem agradavel (mal desagradavel) sem consentimento da parte da vontade. Entretanto, a vontade tem sobre o appetite sensitivo um "imperio politico" e são assombrosos os resultados realisados no recinto do appetite sensitivo por uma vontade soberana e energica.

O animal, empregando meios para adquirir um bem agradavel, não os emprega como taes, mas pratica toda esta série de acções que termina neste bem, porque percebe esta série como sensitivamente agradavel.

II OS AFFECTOS (EMOÇÕES, PAIXÕES)

1. Definição e descripção. A terminologia a respeito das manifestações do appetite sensitivo não é ainda absolutamente fixa, pode-se dizer, entretanto, que entre affectos, emoções e paixões existe apenas uma differença de intensidade.

As emoções são fortes movimentos da faculdade appetito-sensitiva, determinados pela percepção de um bem ou de um mal. O elemento corporal, p. ex. no sangue, no coração é essencial. A palavra paixão indica que a emoção se levanta, frequentemente, contra a vontade. Esta "soffre" (pati) a emoção a seu pezar.

A percepção do bem ou do mal sensivel precede e determina, em geral, a emoção. Quando, porem, esta é provocada artificialmente, a imaginação se dirige naturalmente para um objecto cognoscivel correspondente, cuja influencia, por sua vez augmentará o estado emocional. Quando, por exemplo, a doença irrita os nervos, quando bebidas alcoolicas preparam o fundamento physiologico da melancholia, a imaginação orienta-se nesta direcção, e influe assim no desenvolvimento da paixão. Por via de regra, entretanto, é a imaginação que precede O estado physiologico sem o elemento cognoscitivo não seria emoção no sentido proprio. Percepções intellectivas (injurias) podem redundar na faculdade sensitiva e assim provocar a paixão que neste caso tem, por concomitancia, o mesmo objecto como a intelligencia.

Como as paixões actuam sobre o systema nervoso, sobre a circulação do sangue etc., ellas podem, quando muito fortes, causar grandes abalos na vida vegetativa e sensitiva. Muito grande é egualmente sua influencia sobre a imaginação: obrigam-na a ver, interpretar e representar os objectos conforme o sentido da paixão presente; e como a actividade intellectiva depende, de alguma maneira, da imaginação, as paixões podem, por meio desta, exercer grande influencia sobre toda a

vida psychica. As perturbações assim provocadas reagem sobre a paixão, augmentam-na até ella, emfim, se extinguir por exgottamento de forças. Enfraquecendo, a paixão mantem-se, ainda, por vezes, como disposição boa ou má, bom ou mau humor. Quando as disposições organicas que acompanham as paixões, se fixam no corpo, provocam facilmente estados pathologicos, como por ex. a melancholia.

A dependencia mutua entre as paixões e as faculdades cognoscitivas, indica tambem o modo como as paixões podem ser refreadas. Afastando a imaginação do objecto da paixão, obrigando-a a interpretar os acontecimentos conforme a verdade objectiva e não conforme o sentido da paixão, fixando-se na convicção que a paixão não é capaz de julgar conforme a verdade, pode o homem adquirir muito poder sobre a mesma.

2. Valor moral das paixões. Os estoicos e modernamente Kant consideram as paixões como más. Esta opinião é errada, porque só aquillo pode ser moralmente máo que depende da livre vontade do homem, ora as paixões em muitos casos não dependem da nossa vontade. A origem deste erro é a confusão entre as tendencias sensitivas, muitas vezes não livres, e as correspondentes tendencias livres da vontade. As paixões em si são indifferentes, tornam-se boas ou más na medida em que o livre arbitrio as applica a objectos desta ou daquella ordem. Bem dirigidas as paixões são meios muito efficazes para o bem moral, mal dirigidas são fontes de muitos males.

3. Classificação das paixões. Todas as paixões podem ser reduzidas a 11 typos:

amor: a tendencia para um bem, raiz e fundamento de todas as paixões,

odio: a paixão que nos afasta de um mal sensivel,

desejo: tendencia para um bem ausente,

aversão: fuga de um mal ausente,

alegria: gozo de um bem sensivel possuido,

tristeza: afflicção por um mal presente,

esperança: tendencia para um bem arduo possivel de alcançar,

desespero: paixão que nasce quando a consecução de um bem parece impossivel,

audacia: a paixão pela qual o homem tende para um bem difficil a realisar,

medo: procura afastar-se de um mal imminente, difficil de se evitar,

ira: desejo de vingar um mal soffrido.

As paixões dividem-se em concupisciveis e irasciveis. O objecto das concupisciveis é o bem ou o mal considerado em si; objecto das irasciveis é a propria difficuldade que se interpõe entre a pessoa e o bem que procura, resp. o mal que quer evitar.

Paixões concupisciveis

Amor e odio, tem por objecto o bem ou o mal presente, fazendo abstracção das circumstancias.

Desejo e aversão: tem por objecto o bem ou o mal ausente.

Alegria e tristeza: tem por objecto o bem ou o mal presente.

Paixões irasciveis

Esperança e desespero: tem por objecto o bem emquanto é difficil de alcançar.

Audacia e medo: tem por objecto o mal difficil de evitar.

Ira: tem por objecto o mal presente.

III CLASSIFICAÇÃO DAS FACULDADES SENSITIVAS

Os modernos costumam distinguir tres faculdades da vida sensitiva: cognição, sentimento e appetite sensitivo. O termo *sentimento* — "estado emocional, provocado geralmente por uma percepção" — é mais lato do que o termo paixão, porque faz abstracção da intensidade. O appetite é uma tendencia psychica para um objecto sensitivamente percebido, ou a fuga delle. Ha casos em que sentimento e appetite são unidos, em outros são separados. As paixões pertencem a ambas as categorias.

Considerando que o cerebro é a séde das sensações, e que é de lá que partem as innervações para os movimentos espontaneos, julgam muitos modernos que o mesmo cerebro seja tambem a séde dos sentimentos e do appetite. Caso assim fosse, as alterações provocadas pelos sentimentos no systema nervoso, na circulação do sangue etc., seriam apenas phenomenos que acompanham a vida affectiva.

— § 2 —

OS MOVIMENTOS

I CLASSIFICAÇÃO

1. Movimentos automaticos: São produzidos por estimulos internos, p. ex., as palpitações do coração. Seu estudo pertence á physiologia.

2. Movimentos reflexos: São causados, independentemente da consciencia, por uma impressão que partindo do sentido externo, actua

directamente sobre um dos centros dos nervos motores e por meio deste sobre o musculo. (Tosse.) Movimentos reflexos encontram-se na propria vida vegetativa das plantas, em animaes aos quaes se tirou parte do cerebro; não são, pois, privativos da vida sensitiva.

São summamente importantes, porque defendem o ser vivo contra muitas influencias funestas, e porque por meio delles é que as crianças apprendem os movimentos espontaneos. Em si inconscientes, estes movimentos podem despertar a attenção e assim se tornar conscientes.

3. Movimentos imperfeitamente dependentes da consciencia, constituem uma classe intermedia entre os movimentos reflexos e os voluntarios, dependem de um acto cognoscitivo, mas não dependem plenamente do appetite. São:

a) Movimentos de imitação. Echolalia, echocinesis etc.

b) Movimentos que pelo costume se tornaram quasi reflexos (andar). Não são automaticos porque dependem sempre ainda de alguma attenção ao menos.

c) Movimentos instinctivos dos animaes.

4. Movimentos voluntarios: Os movimentos conscientes, dirigidos para um determinado fim. Suppõe uma representação do fim e dos movimentos parciaes que conduzem ao fim, a "formula dos movimentos". A falta desta formula causa a agraphia, apraxia etc.

II GENESIS DO MOVIMENTO

1. Os movimentos dos recem-nascidos são, durante bastante tempo, movimentos reflexos. Accrescenta-se-lhes, aos poucos, o sentimento cinesthetico, junto com a appreciação das distancias, do logar etc., e estes dois elementos, representação do movimento no espaço e representação cinesthetica do movimento, formam entre si uma associação firme, pela qual a criança apprende quaes as innervações necessarias para determinados movimentos. A representação dos movimentos por fazer provocará, d'ora em deante, por associação, a correspondente imagem cinesthetica, e esta, sem intervenção de outra faculdade do que o appetite sensitivo ou racional, porá os musculos em movimento. A actividade está, pois, toda da parte do cerebro (espinha dorsal), os musculos são passivos.

2. Esta explicação baseia-se nos factos seguintes:

a) As doenças de apraxia etc. revelam claramente que os movimentos dependem das imagens cinestheticas.

b) A força effectiva da imagem cinesthetica torna-se patente naquella lei psychologica em virtude da qual "todo o movimento imaginado tende á sua realisação", i. é: o movimento imaginado associa-se sempre com a correspondente imagem cinesthetica, e esta por sua vez

inicia o respectivo movimento, inconscientemente, quasi imperceptivelmente, até contra a vontade. Por esta lei explicam-se: os movimentos de imitação, a arte de "ler os pensamentos", os movimentos dos hypnotisados, impostos pelo experimentador, etc.

c) O movimento origina-se no cerebro. É, pois, natural attribui-lo ás faculdades ahi residentes: imaginação e appetite. Os nervos sensomotores parecem ser os que servem nos movimentos.

— § 3.º —

O Habito

I DEFINIÇÃO E DIVISÃO

O habito não é uma faculdade especial, mas uma facilidade e uma uniformidade, baseada na repetição dos mesmos actos, que aperfeiçôa as faculdades da natureza. Pode ser definida: disposição estavel e permanente que ajuda ás faculdades a operar com facilidade e uniformidade. O habito é sempre, mais ou menos, arraigado e distingue-se assim das disposições transitorias. Disposições permanentes, que aperfeiçôam a natureza (saude), não são propriamente habitos. A propria repetição torna os habitos faceis e agradaveis.

Os habitos podem ser: cognoscitivos ou appetitivos — bons ou máos — especulativos ou praticos — particulares, especiaes ou universaes (conforme se extendem a determinadas acções em particular ou a toda uma especie de acções).

II CAPACIDADE PARA HABITOS

Capazes de desenvolver habitos são:

1. Os animaes. Nos animaes, entretanto, o habito não é de muita importancia, porque são governados pelo instincto. Adestramento.

2. No homem, os sentidos internos e o appetite sensitivo. A imaginação, acostumando-se a certo genero de representações (p. ex. poeticas), o appetite acostumando-se a certa orientação (p. ex. ira), desenvolvem os respectivos habitos. Estes habitos são formados sob o influxo da razão, mas exercidos pelas faculdades sensitivas.

3. Intelligencia e vontade. Esta ultima sobretudo é capaz de adquirir muitos habitos.

Os sentidos externos não são, em geral, capazes de desenvolver habitos. A facilidade que parecem adquirir (vista aguda dos Indios) reside antes na intelligencia. Aos membros do corpo, como por exemplo aos dedos do pianista, não se pode attribuir habito, porque o habito reside na faculdade e esta no cerebro.

III ORIGEM DO HABITO — LEIS DE DESENVOLVIMENTO

Origem do habito são os actos. A força do habito depende de varias circumstancias: *da attenção, da intensidade* do acto. Parece que até um só acto, quando extraordinariamente intenso, pode dar um habito. *Do numero dos actos*. A intensidade do habito não cresce, entretanto, em razão directa do numero dos actos. No principio a intensidade augmenta mais, em seguida menos até chegar a uma certa constancia, ficando egual, por todo o periodo desde a origem, o numero dos actos praticados na unidade do tempo. *Das condições do organismo*. Nos primeiros annos da vida os habitos formam-se com grande facilidade.

O habito diminue por omissão dos actos e por actos contrarios.

Bichat formulou a lei seguinte: o habito enfraquece a sensibilidade e aperfeiçôa a actividade. (Cf. o medico que sente cada vez menos o repugnante de certas doenças, e se torna cada vez mais habil na cirurgia.)

IV NATUREZA DO HABITO

O habito está baseado em associações. Se as imagens e as acções são muitas vezes associadas na mesma ordem de successão, o vinculo associativo torna-se cada vez mais firme, de tal modo que em muitos casos será bastante iniciar conscientemente a série dos actos, para ella decorrer espontaneamente sem attenção plenamente conscia. Accrescenta-se ainda um elemento affectivo: a satisfacção que sempre sentimos em praticar actos a que estamos acostumados.

Esta explicação do habito pela associação e pelo elemento affectivo explica, *do mesmo passo, o porque das leis do desenvolvimento*. Com effeito, tanto a attenção, como a intensidade, o numero dos actos, as condições do organismo influem muito sobre a firmeza da associação, e por meio desta sobre a satisfacção que a pratica do costume sempre traz

Psychologia racional

Objecto da psychologia racional é a substancia da alma e aquellas faculdades della que são intrinsecamente independentes da materia. E' chamada racional porque é a razão, o fundamento da distincção entre a vida superior e inferior do homem.

CAPITULO I

DA INTELLIGENCIA

— § 1 —

OBJECTO DA INTELLIGENCIA

I. A intelligencia pode, de algum modo, perceber tudo que existe ou que pode existir. De muitos objectos não pode formar conceitos proprios, perfeitos, mas nenhum ser é excluido do ambito da intelligencia. A propria experiencia o attesta, porque os homens fallam de *tudo*, logo tem tambem de tudo uma idea, ainda que imperfeita. Alem disso: a intelligencia percebe, certamente, o *ser* (i. é *existir*). Ora em tudo que existe este conceito é realisado. Logo tudo pode ser attingido pela intelligencia, ao menos emquanto existe.

II. Objecto formal proprio da intelligencia são as essencias daquelles seres que foram percebidos pelos sentidos.

1. Formal proprio é aquelle objecto que a intelligencia percebe directamente e assim como é em si mesmo. São para a intelligencia só as essencias das coisas sensiveis, porque só ellas são directamente percebidas pelo entendimento.

Esta dependencia dos sentidos e por conseguinte da imaginação é attestada pela experiencia. Tudo que actua sobre os sentidos e a imaginação (doença, temperatura etc.) actua tambem, ainda que indirecta-

mente, sobre a intelligencia. Todos os pensamentos são acompanhados de imagens. A propria etymologia confirma esta asserção, sendo que as raizes primitivas até das palavras que exprimem as ideas mais afastadas dos sentidos são raizes que significam objectos materiaes. Aquillo que ha de positivo em nossas ideas mais elevadas, são notas que adquirimos pela percepção dos objectos sensitivos.

2. A intelligencia percebe a essencia dos objectos propostos pelos sentidos.

a) Essencia, quer dizer "aquillo que o objecto é".

b) Este conhecimento é abstracto, porque fazendo abstracção dos accidentes, sabems o que é a essencia. Sendo abstracto este conhecimento (idea) será tambem, pelo facto mesmo universal, i. é applicavel a todos os seres da mesma especie.

c) Argumentos. Os conceitos formados pela intelligencia são abstractos (não incluem nenhuma nota accidental de forma, côr, peso, som etc.) universaes, representam a essencia, pois:

1.º Pela reflexão descobrimos na consciencia duas séries de representações: uma concreta e uma abstracta. As representações concretas são os objectos assim como os sentidos os representam e como a imaginação os reproduz, com todas suas particularidades de lugar, forma etc. As abstractas são as essencias. Assim por exemplo, alem da representação imaginativa de uma folha, temos ainda uma representação de folha que se applica do mesmo modo a todas as folhas de todas as plantas, que se applica com a mesma universalidade como a palavra "folha", e que, por conseguinte, não pode incluir nenhum elemento concreto. Incluindo a mais pequena nota concreta (de forma etc.) não seria applicavel a todos os seres da especie em que este elemento falharia.

2.º Os nomes communs, quando falamos, devem evocar na intelligencia do interlocutor a idea que queremos exprimir. Ora, para isso, os nomes communs devem exprimir uma idea abstracta. Logo...

Prova da menor: uma representação concreta representa tantas ideas quantas determinações contem e quantas o uso liga a ella. E', por conseguinte, incapaz de representar uma só. Uma arvore pintada por ex., alem de evocar a idea de arvore (planta alta, com tronco fixo no chão e ramos que se extendem pelo ar) evoca ainda a idea de altura, espessura, forma, vida, especie, substancia, liberdade, força, revolução etc. Com representações tão vagas seria impossivel falar.

A intelligencia pode, pois, ser definida: a faculdade de formar ideas abstractas e universaes e de formar com ellas juizos e raciocinios.

A philosophia perenne diz: nihil est in intellectu, quod non fuerit in sensibus, sed alio modo est in intellectu, alio autem in sensu.

3.º Contra a precedente exposição, levantaram as seguintes difficuldades: Não me posso representar um homem que não seja nem alto,

nem mediano, nem baixo. Por conseguinte só me represento cousas concretas (Berkley, Stuart Mill.)

Resp. Nesta objecção confunde-se a representação imaginativa com a idea abstracta.

A imagem pode ser universal como a supposta abstracção, pois ella pode apresentar-se sem forma distincta, sem côres etc. e assim applicar-se a todos os individuos da mesma especie.

R. Então a imagem é vaga e confusa, porem nas linhas que ainda representa não deixa de ser determinada e concreta.

Os animaes tambem têm linguagem, cf. as formigas.

Resp. Os signaes entre animaes despertam imagens sensitivas e concretas que actuam sobre o appetite sensitivo. Este, por sua vez, desperta a idea de movimentos por executar. Toda esta associação pode ser muito influenciada pelo adestramento. Os animaes, se tivessem a faculdade de tirar das cousas sensiveis algumas ideas abstractas, porque não podiam tirar muitas, porque não podiam falar?

A propria alma, substancia espiritual, não pode ser objecto immediato da nossa intelligencia. Podemos, porem, conhecel-a pela reflexão sobre os seus actos.

O conhecimento da realidade da existencia de um ser infinito e necessario ganhamol-o por meio de demonstração. As ideas sobre as qualidades do mesmo ganhamol-as por synthese (o autor da natureza deve reunir em si todas as perfeições das creaturas), por negação (estas perfeições em Deus não podem ter limites nem imperfeição alguma), por elevação (até sem limites nem imperfeições ficam infinitamente debaixo de Deus, devem, pois, ser elevadas a potencia infinita para se tornarem predicados de Deus). Cf. Theodicea.

4. As palavras intelligencia, juizo, entendimento, razão significam a mesma faculdade. A palavra intelligencia diz mais respeito á força abstractiva, razão á faculdade de raciocinar, juizo á applicação das ideas á vida pratica.

Intelligencia especulativa tem por objecto as verdades em si, a pratica a applicação das mesmas.

Intelligencia analytica e synthetica: veja-se a logica.

Distinguem ainda a intelligencia representativa (talento) e a intelligencia creadora (genio).

— § 2.º —

DEFINIÇÃO E DESCRIPÇÃO DO JUIZO

Quanto á definição e analyse do juizo, intervenção das paixões no juizo, juizo negativo veja-se a logica e a psychologia sensitiva.

O acto do juizo é um acto simples. A identificação conscia inclue termos, mas não partes.

Ainda que para o homem constitua uma perfeição, o juizo é um modo bastante imperfeito de pensar. Seria muito mais perfeito chegar á plena posse da verdade sem estes processos de separação e de comparação.

O juizo tira os termos das conhecidas fontes de verdade; a comparação se faz sob a influencia de principios geraes.

A vontade pode intervir indirectamente, dirigindo o curso das ideas conforme lhe fôr conveniente, e directamente impellido para um juizo determinado. Num e no outro caso a intelligencia é exposta ao erro.

O juizo pode ser affirmativo ou negativo — novo ou reproductivo (este ultimo pode-se tornar simples associação) — theorico ou pratico.

— § 3.º —

RACIOCINIO

1. O raciocinio em geral. Alem do que foi tratado na logica, cumpre notar o seguinte.

O trabalho psychologico no raciocinio distingue-se claramente do trabalho psychologico no sonho, verdadeiro ou acordado. Binet: O estado do sonho é caracterisado pelo sentimento que não dominamos os pensamentos, pelo esquecimento do meio ambiente, começa, muitas vezes pela fixidez dos olhos.

O trabalho do raciocinio é orientado pela idea principal ("tendencia determinante"). Esta idea determinante pode ainda depois de longa interrupção redintegrar o trabalho mental interrompido. (Cf. a chave na musica.)

Neste trabalho a intelligencia e a vontade afastam o que não pertence ao assumpto, procuram o que pode ajudar, confiam á memoria os resultados adquiridos.

Alem dos pensamentos primarios, podem ainda intervir no juizo muitos pensamentos secundarios, que podem ser aproveitados, p. ex. se um pensamento é novo, se estamos no bom caminho etc.

2. Raciocinios concretos. O raciocinio concreto, i. é o raciocinio sobre coisas concretas pode ser feito:

a) em forma mais ou menos rigorosamente syllogistica (cf. o trabalho do agrimensor);

b) por raciocinios cumulativos. Nestes raciocinios a intelligencia abrange muitos raciocinios num só olhar. Os processos logicos não são postos á parte mas subintendidos.

c) Passando como por intuição de um facto concreto para outro. P. ex. na diagnose medica, conhecimento psychologico dos homens.

NB. A memoria intellectiva é uma funcção da intelligencia, não é uma faculdade nova.

— § 4.º —

DA LINGUAGEM

A linguagem é um conjuncto de signaes pelos quaes manifestamos os factos internos da nossa consciencia. Seu uso é um acto da razão pratica.

1. Origem. O homem tem na sua natureza quanto é preciso para formar uma lingua: pensamentos, orgam para formar sons articulados e a faculdade de ligar uns com os outros. Entretanto, creando o homem, Deus não podia deixar de dar-lhe desde o principio uma lingua adaptada ás suas necessidades.

2. Distinguem linguagem gesticular, real (que exprime as ideas por objectos, telegrapho optico), oral, escripta. A lingua escripta é idiographica (symbolos representantes das ideas), ou phonetica, esta ultima exprime conforme o gráo de perfeição: palavras, syllabas ou, por lettras, *vogaes e diphtongos. Este modo é o mais perfeito porque com o* menor numero de signaes pode exprimir o maior numero de ideas.

3. Pouco explorado é ainda o modo como a creança apprende a lingua. Parece que faz a flexão, a conjugação, a construcção da phrase por analogia: ouvindo muitas vezes como as palavras e as proposições são formadas, exprime analogicamente os seus proprios pensamentos, e assim é que acerta tambem com a flexão de palavras que nunca ouviu conjugar ou declinar.

Ouvindo falar, não entendemos sempre a proposição na ordem das palavras, entendemol-a toda de uma vez, ouvindo as ultimas palavras della.

Na leitura só *lemos* quando os olhos param, emquanto estão em movimento não lemos. Dentro de 0,1 segundo podemos ler 6—7 lettras. Quando conhecemos a lingua, basta lêr poucas lettras: a imaginação suppre o resto.

4. Palavra interna é a expressão mental do objecto, que precede necessariamente a palavra externa, a idea. Não se deve confundir a palavra interna com a imagem cinesthetica.

— § 5.º —

ORIGEM DAS IDÉAS

Do que fica dito no paragrapho precedente, segue que as ideas

abstractas são o resultado da actividade intellectiva. Surge, pois, a questão: como é que o intellectivo forma as ideas abstractas?

Explicação: O processo da intellecção é um acto de operação immanente. Ora, como os actos immanentes da sensação precisam de um objecto que os determine, assim tambem a intellecção precisa de um objecto. Este objecto é a imagem sensitiva, mas não directamente, porque uma cousa material e extensa não pode actuar sobre uma faculdade immaterial e simples. O intellecto deve, por conseguinte, primeiro despojar esta imagem de todas as determinações concretas. O resultado desta "abstracção" de todo differente da imagem sensitiva, chama-se determinante cognoscitiva", porque é capaz de determinar o acto cognoscitivo. Esta determinante é directamente percebida pelo intellecto e junto com ella o objecto representado. O intellecto, percebendo-a, se diz a si mesmo o que a cousa é.

Esta explicação pode-se reduzir ás proposições seguintes:

1. A intelligencia é uma faculdade que precisa de um objecto para ser determinada.

2. A imaginação e o intellecto produzem a determinante cognoscitiva necessaria á intellecção.

O poder abstractivo da intelligencia une-se á imagem sensitiva, como o artista se une ao instrumento, e unido produz a determinante. Esta união do immaterial com o concreto recebe alguma luz pelo facto de as duas faculdades, intellecto e imaginação estarem na mesma alma.

Como o effeito não pode ser superior á sua causa, como a imagem sensitiva é só cousa concreta, ella exige o concurso de uma faculdade immaterial para formar uma idea abstracta.

3. A intelligencia, unindo-se á determinante cognoscitiva, percebe o que o objecto é; pois perceber um objecto não é senão unir-se, num acto immanente, com uma imagem representativa do mesmo objecto.

4. A propria determinante cognoscitiva bem como a natureza da faculdade intellectiva, não se percebem directamente senão num acto de reflexão sobre o acto intellectivo.

SYSTEMAS FALSOS SOBRE A ORIGEM DAS IDEAS

1. Idealistas. *a*) Platão: O objecto do entendimento são as ideas universaes, absolutas, necessarias (o eterno, a unidade, a belleza...) que existem na alma como lembranças de uma existencia que precedeu a entrada do homem neste mundo, e despertam á vista dos objectos sensiveis.

b) Descartes: O homem nasce com ideas innatas.

Resp. *a*) A consciencia não sabe nada disso.

b) Todas as nossas ideas levam o cunho de origem sensitiva (cf. § 1).

c) applicamos ás cousas que existem as nossas ideas metaphysicas. Ora de duas uma: ou as applicamos porque vemos que nellas se verificam, e então para que admittir ideas innatas, visto que podemos adquiril-as olhando para os objectos? ou applicamol-as á tôa, com esta affirmação o innatismo levaria ao scepticismo.

c) Kant: (Criticismo): Aquillo que uma cousa é não podemos perceber, percebemos apenas aquillo que apparece (o phemomenon). Aos phenomenos juntamos as formas a priori que o intellecto contem (p. ex. espaço, tempo, substancia, causa etc.) e que fóra do intellecto não existem. O resultado desta união é o objecto do intellecto.

Foi provado na critereologia que as categorias kantianas não tem valor objectivo. Por conseguinte todo este systema pecca pela base.

2. Ontologismo. (Malebranche) pretende que o entendimento percebe as essencias das cousas immediatamente na essencia divina.

3. Scepticismo. Fichte, p. ex., affirma que todas as ideas são apenas producções da intelligencia sem que lhes corresponda realidade alguma.

4. Os Tradicionalistas. (Baunald, La Mennais, Bautain): O homem é incapaz de perceber directamente as cousas materiaes. As ideas nos vêm das palavras que Deus dirigiu ao homem e que pela tradição vão de geração em geração. A palavra, conforme alguns, produzem as ideas, conforme outros despertam-as.

5. Materialistas. As differentes theorias materialistas sobre a origem das ideas podem ser reduzidas a tres.

a) Materialismo propriamente dito (Leucippo, Democrito, Hobbes, Feuerbach, Czolbe). Para estes auctores os actos psychicos são apenas, como os effeitos physicos e chimicos, differentes estados da materia.

b) Sensualistas. (Locke, Condillac, Lamoriguière, Hume). Rejeitando o materialismo, não admittem, entretanto, outra origem das ideas a não ser só os sentidos. Negam a differença entre imagem e idea.

c) Empiristas (Empirismo, Relativismo, Positivismo, Agnosticismo). Negam que seja possivel conhecermos alguma coisa que não seja sensivel.

Resp. Todas estas affirmações materialistas estão em contradicção com os factos. Pois não só possuimos ideas de objectos abstractos que nem podiam ser objectos dos sentidos, mas tambem todas as nossas ideas são abstractas, suprasensiveis em si, como foi provado na logica e pela analyse do objecto da intelligencia; e estas ideas tem valor objectivo, como foi demonstrado na critereologia.

— § 6.º —

NATUREZA DA INTELLIGENCIA

A intelligencia é uma faculdade simples (inextensa), *intrinsecamente* independente dos orgãos corporaes. Os sentidos e a imaginação concorrem apenas como *condição* na actividade intellectiva.

Argumentos. 1. Numa faculdade organica, a clareza da percepção está sempre em razão directa com a representação no orgão, como é provado pela experiencia dos sentidos. Ora a clareza dos nossos conceitos intellectuaes não está em relação tão directa com as representações dos objectos nos sentidos e na imaginação.

Podemos, por ex., falar e pensar com muita clareza sobre um assumpto de mathematica, sendo muito imperfeitas as representações imaginativas que acompanham as ideas. Por conseguinte a intelligencia não é organica.

2. Na supposição materialista, as faculdades organicas deviam possuir um elemento que não só representasse a negação, mas que fosse a *propria negação*. Ora a *negação não tem nada de corporeo*. Com effeito, a negação não pode ser um elemento corporeo positivo. Qual seria? Nem é simples falta de um elemento, porque a falta, a ausencia causaria apenas falta de uma idea. Logo os juizos negativos são effeitos de uma faculdade immaterial.

3. Muitas ideas, como a idea de espirito, infinito, virtude, não tem nada de material. Logo não podem ser nem produzidas, nem representadas por uma faculdade organica.

4. As ideas que exprimimos pelos substantivos communs são universaes. Ora só podem ser universaes na supposição de não incluirem nenhum elemento material. Veja-se acima.

NB. As faculdades materiaes tem *symbolos* para as *ideas* immateriaes (p. ex. vocabulos). Estes symbolos, porem, não são a idea. Os symbolos variam, a idea é sempre a mesma. Todos os homens tem a mesma idea de "planta", as palavras correspondentes são tantas quantas as linguas. E o mesmo se pode dizer dos outros symbolos.

CAPITULO II

A VOLIÇÃO

I NOÇÕES PRELIMINARES

1. O bem é aquillo que aproveita aos seres, aquillo que os seres desejam. Todos os seres tendem para o bem, os inanimados por orienta-

ção inconsciente da natureza, os animaes pelo appetite sensitivo, os seres racionaes pelo appetite intellectivo ou racional (a vontade) que tem por objecto proprio o bem proposto pela intelligencia.

Necessario é aquillo que pela natureza é determinado a realizar-se. O determinismo considera os actos da vontade como necessarios.

2. O livre arbitrio é a faculdade do homem de *determinar-se a si mesmo* para agir ou não agir, para agir desta ou daquella forma, depois de postos todos os requisitos de um acto.

O acto livre suppõe: a percepção do objecto, o conhecimento dos motivos que impellem para o objecto ou que delle afastão, uma inclinação num ou no outro sentido, deliberação sobre o acto (em geral), consciencia de si.

Realisadas todas as condições, a vontade sahe da sua indeterminação, toma, por si, uma decisão, determina-se, *não* é determinada nem pelo objecto nem pelas circumstancias. Esta determinação é propriamente o acto do livre arbitrio.

3. O exercicio desta faculdade depende muito das circumstancias, que influem nas condições que precedem o acto e que podem diminuir, até apagar a liberdade. O alienado, o embriagado, quando perdem o uso da razão perdem tambem o livre arbitrio e, por conseguinte, a responsabilidade.

4. O livre arbitrio não é, pois, indeterminação absoluta. Os motivos guardam toda sua força sobre a vontade, mas os motivos não determinam, a vontade *pode* repellir os motivos mais fortes. Indeterminada no sentido absoluto seria uma faculdade que não soffre nenhuma influencia da parte dos motivos e que se determina sem razões.

NB. Nem todos os actos da vida são actos do livre arbitrio, muitos são apenas espontaneos.

Em face do bem *absoluto*, i. é da felicidade *completa* que constitue o fim ultimo do homem, cessa o livre arbitrio, não a podemos recusar.

I ARGUMENTOS PRINCIPAES DO LIVRE ARBITRIO

1. arg., tirado da consciencia propria.

Numerosos são os factos da experiencia que revelam a convicção intima da existencia do livre arbitrio. Ora esta convicção não engana.

Prova da maior. Movendo, por ex., nosso corpo, temos a consciencia de o poder mover ou não mover, mover desta ou daquella forma etc. E' tão viva esta convicção que um individuo, no qual os adversarios concedessem a liberdade, não a poderia ter maior.

Pensamos e reflectimos sobre as acções por fazer com a mais nitida consciencia que a decisão sobre os nossos actos depende de nós, re-

flexão esta que cresce com a importancia das acções. Ora em seres *determinados* esta reflexão não se explicaria.

O sentimento da culpa seria um contrasenso sem o livre arbitrio. Não temos remorsos depois de acções não livres, depois de uma queda, doença etc.

Resoluções para o futuro são actos pelos quaes a vontade se determina a si mesma (definição do livre arbitrio!). A propria consciencia da conveniencia de uma resolução prova que sem ella não sou determinado, e que com ella me determino a mim mesmo.

Distinguimos tão claramente os actos livres e necessarios que facilmente os podemos comparar entre si.

Ora em factos internos de observação tão facil e tão immediata a consciencia não se pode enganar.

2. arg., tirado da natureza da intelligencia.

A intelligencia propõe á vontade (sempre que não se trata do bem infinito), bens limitados, indifferentes, desnecessarios. Ora um bem reconhecido como desnecessario não pode determinar a vontade com necessidade. Logo perante estes bens a vontade fica livre de se determinar a si mesma.

Ao animal falta esta liberdade, porque o animal tem só impressões sensitivas, não passa a formar idea sobre o valor dos objectos e segue, por isso, o impulso mais forte.

A intelligencia propõe os objectos como bens limitados porque forma a idea abstracta *do bem*, do bem absoluto, e comparados com esta idea os bens reaes não deixam de ser limitados e imperfeitos.

O homem escolhe sempre o bem maior? Não. (*a*) A consciencia attesta claramente o contrario. Video meliora proboque, deteriora sequor. (*b*) Muitas vezes, até, os bens propostos são de ordens tão differentes que nem admittem comparação. (*c*) A propria violencia que o homem, ás vezes, deve fazer a si mesmo para proseguir o bem moral prova que este bem não o determina. (*d*) Se em face de um bem tenho a liberdade de renunciar, tenho pelo facto mesmo a liberdade de escolher um outro mais pequeno.

3. arg., tirado da necessidade da moral.

O determinismo acaba com a moralidade entre os homens, por conseguinte não pode ser doutrina verdadeira. Com effeito, sem livre arbitrio não ha deliberação, nem exhortação, nem lei, nem castigo, nem louvor, nem imputabilidade, nem prudencia etc. etc.

Dizem os deterministas que no seu systema premios, leis, castigos, louvores não se dispensam, por serem necessarios para determinar o homem para o bem. *Resp.* Já não seriam leis etc., mas, sim, meros actos de amestração, deixando toda liberdade aos instinctos baixos, livrando o homem da responsabilidade de seus actos: a negação da moral.

4. arg., tirado do accordo, neste particular, entre todos os povos. A convicção que o homem é livre é universal no mundo, como segue das ideas de virtude, lei, justiça etc. que em todas as linguas têm palavras e em toda parte vigoram. Esta universalidade extende-se aos proprios deterministas que muitas vezes na vida practica revelam opiniões contrarias ás suas theorias.

Ora esta convicção não pode ser enganadora porque (*a*) seu objecto é um facto de observação directa pela consciencia intima; (*b*) é tão clara e firme que não ha outra mais firme; (*c*) nella se baseia a ordem moral que não pode ser fundamentada em erro.

III OS ARGUMENTOS DOS DETERMINISTAS

1. O acto volitivo não determinado seria um effeito sem causa. *Resp.*: A causa determinante não falta: é a vontade que se determina a si mesma. Nem os motivos, que influem, são sem força, mas a força delles não é irresistivel, elles não determinam.

2. A consciencia de sermos livres não passa de uma illusão, proveniente da nossa ignorancia do processo volitivo. *Resp.*: A ignorancia é apenas uma negação, percebemos, porem, no acto livre uma faculdade real e verdadeira. Alem disso a ignorancia não podia ser causa de uma illusão tão geral e tão arraigada.

3. Pessoas hypnotisadas, sem terem livre arbitrio, têm a consciencia de o terem. Por conseguinte esta consciencia não prova nada.

Resp.: 1. O estado anormal, mysterioso e escuro da hypnose não pode nada contra a evidencia palpavel que o genero humano tem neste ponto.

2. Para esta objecção valer alguma cousa seria necessario verificarem-se na hypnose as tres condições seguintes: o hypnotico deveria ficar com o uso normal das suas faculdades reflectivas; o poder da suggestão deveria ser irresistivel; o hypnotico deveria ter consciencia clara do livre arbitrio. Ora o estado psychologico do hypnotizado não é normal; autoridades competentes (Delboeuf, cf. tambem Dr. Milne Bramwell) opinam contra a irresistibilidade da suggestão; a propria consciencia dos suggestionados ainda não está bastante estudada.

4. A Previdencia divina parece incompativel com o livre arbitrio porque, quando Deus prevê um acto, este ha de realizar-se com necessidade. *Resp.*: O acto não se ha de realizar porque Deus o prevê, mas Deus o prevê porque a creatura o realizará e o realizará livremente.

5. Se uma pedra que cahe tivesse consciencia, julgaria cahir livremente. *Resp.*: A supposição, alem de não provada, é absurda. A pedra não podia formar tal juizo.

6. Muitas vezes podemos prevêr as acções dos outros; ora esta

previsão seria impossivel se não fossem determinados. Um amigo pódia de repente se tornar inimigo. Para resp. veja-se o arg. seguinte.

7. As estatisticas de factos de ordem moral: crimes, casamentos etc. não podiam ser tão uniformes se os homens não fossem determinados. *Resp.* (*a*) A uniformidade nem é tanta como, ás vezes, se suppõe. (*b*) O homem *determina-se* considerando motivos e circumstancias. Sendo motivos e circumstancias (p. ex. a idade para o casamento) eguaes, em differentes tempos, não é para admirar que tambem as decisões livres dos homens accusem grande regularidade. (*c*) Os actos dependem das intenções (p. ex. satisfacção de certos sentimentos, de odio etc.). Estas intenções accusam grande uniformidade, logo tambem as decisões livres que ellas inspiram. (*d*) As vezes depara-se-nos para um fim só um meio, neste caso a uniformidade se impõe para todos que querem, ainda que livremente, a realisação deste fim. (*e*) O determinista supponha, por um instante, que os homens sejam livres; nem por isso perderiam os motivos que actuam sobre a razão e os sentimentos algo da sua força, os homens determinariam-se por estes motivos, i. é, tudo ficaria como antes.

8. Como o intellecto depende das condições em que está o cerebro, como a sua actividade será mais ou menos perfeita, conforme a formação mais ou menos perfeita que adquiriu, ficando intacta a sua faculdade de abstracção, assim tambem a vontade humana, ficando-lhe intacto o livre arbitrio, depende muito das condições interiores e exteriores que nella influem. Condições materiaes são p. ex. o clima, o passadio, as disposições naturaes e hereditarias; condições moraes: meio ambiente, educação.

Inspirando-se nos principios do positivismo, Lombroso exaggerou o poder destas influencias e creou a idea do typo criminoso, i. é uma categoria de individuos levados irresistivelmente ao crime e que se reconhecem por certos distinctivos anatomicos, physiologicos e psychologicos cujo conjuncto dá o "louco moral", o "criminoso nato". O typo criminoso nessa theoria é um "recahido" em phases de evolução que já passaram para o resto da humanidade. *Resp.*: Si verdadeiramente *em caso particular* o poder das influencias consegue destruir o livre arbitrio, o criminoso passa a ser alienado. Ora a existencia de loucos moraes prova tão pouco contra a liberdade como a existencia de outros alienados contra a razão.

Hoje em dia a idea do typo criminoso é rejeitada por quasi todos os entendidos na materia, porque está em contradicção com os factos. Os congressos anthropologicos de Paris (1889) e de Bruxellas (1892) rejeitaram esta theoria com quasi — unanimidade. Virchow rejeitou-a no congresso de medicos em Roma (1894), Baer perante a sociedade anthropologica de Berlim (1894).

9. Outros negam a liberdade, tentando explicar o crime unicamente pela constituição psycho-physiologica do criminoso e pelo influxo do meio ambiente, não querendo admittir argumentos que não sejam "empiricos". *Resp.*: Não ha duvida que as condições em que está o individuo humano influem em suas decisões, mas de influir a determinar vae grande distancia. Não ha outro facto "empirico" mais evidente do que a consciencia de sermos livres e a universalidade da mesma entre todos os homens.

10. Parece ainda aos deterministas que o livre arbitrio esteja em contradicção com a lei da energia. *Resp.*: A força que se manifesta nos actos da vontade em parte é material, em parte espiritual. A força espiritual de nenhum modo está debaixo das leis physicas que, como só se abstraem das experiencias feitas na materia, assim tambem só tem valor para a materia.

Esta força espiritual não augmenta a somma das forças materiaes (potenciaes ou actuaes); sua acção, quanto ás forças materiaes, se limita a pol-as em movimento e dirigil-as.

Ella não age como uma força exterior, e sim como uma força interior substancialmente unida á materia.

A somma das forças materiaes fica invariavel no acto volitivo.

Cumpre notar que os sabios que primeiro formularam a lei da constancia, Claudius, Roberto Meyer, não acharam que esta lei contradissesse á independencia essencial das nossas faculdades superiores da materia.

IV NATUREZA DA VONTADE DO HOMEM

A faculdade de se determinar é uma faculdade não material, uma faculdade simples.

Esta conclusão é imposta pela consideração do objecto da vontade. Este objecto não é o bem sensivel e particular, mas sim o bem, assim como é proposto pela intelligencia, i. é o bem abstracto. Ora a faculdade que tende para o bem abstracto não pode ser organica, ella deve ser da mesma natureza como a intelligencia: supramaterial.

Alem disso, sendo sensitiva, a vontade appeteceria com necessidade o bem sensitivo (nem conheceria outro bem!), e entre os bens sensitivos escolheria sempre o maior. Ora fica provado que a vontade do homem fica livre em face dos bens sensitivos. Logo não pode ser sensitiva.

CAPITULO III

INFLUENCIA MUTUA DAS FACULDADES

A alma, i. é aquelle principio cujas faculdades principaes são a intelligencia e a vontade, forma junto com o corpo uma substancia to-

tal: o homem, e esta união na unidade da substancia tem por resultado a interdependencia mutua das differentes faculdades. Assim como a alma actua sobre o corpo, ella soffre tambem a influencia do mesmo Resultado desta influencia mutua são:

1. Os temperamentos. São assim chamadas as disposições permanentes da vida sensitiva e affectiva, emquanto reagem sobre a alma. Desde Hippocrates enumeram-se os seguintes: temperamento sanguineo (alegre, vivo, de comprehensão facil, muito affectivo, activo, pouco resistente, distrahido, esquecido); o temperamento phleugmatico (vagaroso, pouco affectivo, pouco prompto nas associações); temperamento cholerico (grande irritabilidade, muita energia e força de resistencia); temperamento melancholico, (tristonho, disposto para medo, para interpretações desfavoraveis.) Em regra geral, encontra-se em cada homem cada temperamento em qualquer gráu; a classificação dos homens se faz pelo temperamento predominante. A educação dos temperamentos depende da vontade.

2. O caracter, i. é o "cunho" moral de uma pessoa, produzido pela indole, pela educação(no sentido mais lato) e pelos esforços proprios. O caracter varia de uma pessoa para a outra, na mesma pessoa porem fica constante nas circumstancias mais variadas. Ainda não se propoz uma classificação dos caracteres que satisfizesse; Wundt propõe de os classificar pelos temperamentos.

3. A pessoa. Os actos do individuo humano, quando pensa com a intelligencia, trabalha com as mãos etc., são imputados a sua pessoa; a pessoa é louvada ou censurada por seus actos. A pessoa difine-se: uma substancia individua de natureza racional; é a natureza considerada como principio de seus actos. Para ser pessoa, a natureza deve ser completa, racional e individua. D'ahi segue: a alma separada do corpo cessa de ser pessôa (não é substancia completa); os actos pertencem á pessoa; as acções participam na dignidade da pessoa; attribue-se á pessoa o que é proprio das partes substanciaes. E' errada a doctrina que quer definir a pessoa como "substancia consciente de si", porque a consciencia não é continua, a existencia da pessoa porem não soffre interrupção. Alem disso, a consciencia é apenas uma faculdade da natureza.

4. Dos capitulos precedentes entende-se facilmente como, em circumstancias normaes, as faculdades superiores de intelligencia e vontade e as faculdades sensitivas exercem influencia mutua umas sobre as outras.

Quanto á hypnose nota: define-se "um estado, artificialmente provocado, semelhante ao sonho, acompanhado de suspensão ou perturbação de algumas funcções psychicas e de grande irritabilidade de outras." Procuram explical-a do modo seguinte: O somno e o estado sopitado de alguns centros corticaes, necessarios para a vida sensitiva,

impede a intervenção da vontade na marcha das representações. Esta é substituida pela do hypnotisador.

A consciencia é como empanada e limitada áquelles objectos que a suggestão determina. Isolada a vontade, a lei psychologica em virtude da qual cada movimento imaginado tende á sua realisação, tem pleno poder sobre a pessoa hypnotizada, e é por meio della que o hypnotizador exerce sua influencia.

5. *Aberrarções psychicas*. A doença psychica *consiste* num afastamento permanente da vida psychica normal. Quando attinge a intelligencia, fala-se em alienação propriamente dita. As *causas* principaes destas doenças são: (*a*) hereditariedade. Os antecessores não transmittem, ás mais das vezes, a doença, mas uma disposição nervosa que em determinadas circumstancias se desenvolve em doença. (*b*) Affecções morbidas do cerebro, (*c*) ou do systema nervoso, (*d*) envenenamento, principalmente pelo alcool e por excessos sexuaes, (*e*) causas psychicas (emoções vehementes). A *séde* destas doenças é o cerebro ou o systema nervoso. A intelligencia e a vontade, em si, são incapazes de adoecer, porque são faculdades simples, só a faculdade organica que acompanha os actos dellas é sujeita a doenças.

1. Simples anomalias d avida psychica são (*a*) hyperesthesia hypesthesia, paresthesia. (*b*) Obsessões: imagens que apparecem na imaginação sem causa correspondente e fixando-se alli impellem para sua realisação, vem quasi sempre junto com alguma "phobia", deixando entretanto ao doente a consciencia que estas imaginações são absurdas, p. ex. agoraphobia, echolalia, coprolalia. (*c*) Impulsões, estado psychico semelhante ao precedente, manifesta-se em accessos e impelle para actos mais manifestamente ridiculos, até perigosos, p. ex. dipsomania, pyromania, cleptomania, impulsões para homicidio. Vem ás vezes acompanhadas de allucinações auditivas (vozes) em conformidade com o caracter do doente, nem sempre são conscientes e muitas vezes não deixam lembrança na memoria. (*d*) Perturbações na memoria: amnesia, hypermnesia.

2. Perturbações dos sentimentos primarios: sentimentos anormaes provocados por disposições organicas: melancholia, idiosyncrasia.

3. Perturbações das inclinações: augmento ou diminuição anormal da vontade de comer, vae até recusar todo o alimento. Perversão da vida sexual.

4. Perturbações da vida intellectiva. Mania, disposição doentia para sentimentos exaltados. No estado mais avançado as ideas seguem-se com rapidez vertiginosa sem ordem nem connexo. Mania furiosa. Demencia: depressão da vida psychica; quando muito pronunciada o doente leva uma vida semelhante a dos animaes. Amencia: caracteri-

sada por fortes e frequentes allucinações, delirio. Melancholia. Ideas fixas: juizos errados que o doente é incapaz de corrigir. Idiotismo.

5. Perturbações da vida volitiva. O exercicio da vontade depende do organismo como o da intelligencia. A bulia, hyperbulia, que vae até ao delirio violento. Perda dos sentimentos moraes, fanatismo.

6. Perturbações da consciencia propria. Os elementos desta consciencia são: consciencia do proprio "eu", do proprio corpo, dos actos da vontade, da actividade em geral; a memoria do passado proprio; consciencia de momento presente como ultimo ponto de uma série continua. Perturbação de qualquer um destes elementos acarreta perturbação da consciencia propria.

NB. A hysteria furta-se a uma definição exacta; ella é caracterisada por grande irritabilidade dos nervos, mutabilidade psychica, actividade intensa da imaginação e do appetite, fraqueza da intelligencia e da vontade, suggestionabilidade, allucinações, simulação.

Como a imputabilidade e o valor juridico dos actos suppõe o uso livre das faculdades mentaes, o alienado não é capaz de actos juridicos (contractos), nem é capaz de contrahir uma culpa. Nos casos duvidosos compete aos psychiatras decidir sobre o gráo da imputabilidade O alienado, como aliás qualquer doente, deve ser objecto da protecção publica ou privada. Caso a doença seja perigosa, assiste á sociedade o direito e o dever de afastar o perigo internando o doente.

CAPITULO IV

NATUREZA DO PRIMEIRO PRINCIPIO DA VIDA HUMANA

I SUBSTANCIALIDADE

I. O principio vital do homem, aquillo que distingue o homem vivo do corpo morto, aquillo cujas funcções mais nobres são os actos conscios de volição e de pensamento, é uma substancia permanente.

Com effeito, os actos conscios são substancias ou accidentes. Ora não são substancias, logo são accidentes, i. é inherentes numa substancia, que, neste caso, é aquelle principio que os produz. Seria absurdo suppor pensamentos sem intelligencia que os pensasse ou volições sem vontade que as tivesse, e não menos absurdo é o querer explicar a vida psychica como "uma corrente de actos" sem substancia que produzisse os mesmos actos, e sem outra ligação entre elles do que a só recordação do passado.

II MATERIALISMO

11. A doctrina materialista affirma que este principio vital do homem é substancia material. Democrito e Leucippo: a alma consiste de atomos de fogo. Epicuro: ella consiste de finissimos atomos redondos. Thomas Hobbes: os actos psychicos são movimentos no cerebro; o homem não passa de uma machina. David Hume: as ideas de alma etc. são apenas *hypotheses*. Voltaire: toda a vida psychica explica-se pela materia; affirma, entretanto, a existencia de Deus. Estevão de Condillac: toda a vida psychica explica-se pelas sensações. Jul. de la Mettrie, Carlos Vogt, Luiz Büchner, Ernesto Haeckel etc. professaram um materialismo mais crasso, semelhante ao de Th. Hobbes.

Para a refutação do materialismo veja-se:

1. Introducção á psychologia n.º 4.
2. Psychologia sensitiva geral n.º V.
3. Veja Cap. I § 6, Cap. II, IV, Cap. IV, IV.

III PARALLELISMO PSYCHO-PHYSICO

A theoria psychologica, hoje em dia por muitos adoptada, é a do parallelismo psycho-physico. As escolas que defendem esta opinião differem bastante umas das outras, tanto no sentido que dão á these principal como nas explicações que lhe accrescentam e nos argumentos em que se esteiam.

Resumindo: todos os factos psychicos incluem duas séries parallelas, uma physica (p. ex. derramar lagrimas) e uma psychica (tristeza); estas duas séries correm parallelas sem influencia mutua, cada uma como se a outra não existisse, mas inseparavelmente unidas (como as duas incognitas da mesma equação).

Os principaes argumentos são: 1.º o physico não pode agir sobre o psychico. 2.º A interacção entre o physico e o psychico seria contra a lei da conservação da energia, porque, agindo o material sobre o espiritual haveria aniquilamento de energia; do contrario haveria creação de novas energias.

Metaphysicamente falando, estas duas séries parallelas são uma coisa só (sic!), assim como a mesma somma de dinheiro pode ser, no mesmo tempo, *divida*, com relação ao credor, e *fortuna*, com relação ao possuidor; ou assim como a mesma linha curva, é connexa ou concava conforme fôr vista de um ou do outro lado.

Apreciação. 1.º Existe evidente contradicção entre a concepção metaphysica e a concepção empirica.

2.º Para muitos actos psychicos não pode haver correspondente

acto physico, p. ex. para a perecepção da identidade entre dois objectos.

3.º "Argumento Austerlitz".

4.º Quanto aos argumentos a favor do parallelismo, veja-se o numero seguinte. As comparações com a linha curva etc. não provam nada. Para terem força de argumento, deviam provar que uma unica substancia é capaz de desenvolver duas séries de processos oppostos e irreductiveis. Ora no caso da linha curva, ha apenas relações especiaes não irreductiveis $(A \asymp \frac{a}{a}) \asymp B)$ Na medida em que as pontas da linha aa se approximam de A afastam-se de B) e no caso da somma de dinheiro, ha só relações juridicas que residem nas pessoas, deixando intacta a natureza do dinheiro.

IV ESPIRITUALISMO

1. A alma não é apenas um accidente, nem uma funcção, nem uma série de actos, como foi provado no n.º 1 deste capitulo. Ella é uma substancia.

2. Esta substancia é simples (não extensa). A substancia não sensivel não pode ser objecto directo da intelligencia (Capitulo I § 1). Deve, por conseguinte ser estudada nos actos pelos quaes se manifesta. Os actos mais elevados da alma são os de pensar e de se determinar pelo livre arbitrio. Ora estes actos não podem ser organicos, elles são necessariamente actos de faculdades simples, intrinsecamente independentes da materia, como foi provado acima (Cap. I § 6, Cap. II, IV). Por conseguinte impõe-se a conclusão: tambem a substancia, á qual intelligencia e vontade livre pertencem, deve ser uma substancia simples, i. é espiritual.

3. União entre o corpo e a alma. A união entre dois elementos é accidental, quando os dois elementos, conservando cada um sua natureza e sua independencia, formam apenas um aggregado; ella é substancial quando os elementos por sua união formam uma só natureza. Ora é este o caso da união entre o corpo e a alma. Elles constituem juntos a natureza humana, principio de actividade vegetativa, sensitiva e intellectiva. A alma communicando-se ao corpo, eleva-o a uma categoria de substancia mais alta, o constitue na especie humana. Considerada em si, a alma deve ser qualificada como substancia incompleta, porque ella exige, naturalmente, para suas funcções, até para as funcções intellectivas e volitivas, o concurso do corpo.

4. Não sendo material, a alma nem pode ser produzida pela materia, o effeito seria superior á causa. Nem pode ser produzida por geração espiritual, porque a alma dos paes é indivisivel. Devemos, pois, concluir que cada alma é creada por Deus.

5. Sendo simples e inextensa, a alma não tem partes, por conse-

guinte nem pode ser dissolvida em partes, i. é ella não pode morrer Até quando separada do corpo, ella continua sua existencia. Só aniquilada por Deus, cessaria de existir. Ora, em vista da conservação da materia e da energia, devemos dizer, com mais razão, que a substancia da alma, muito mais excellente do que a materia, será tambem conservada. Accrescenta-se o desejo innato e irresistivel de viver sempre, o desejo de uma felicidade completa, a necessidade de uma recompensa para a virtude, do castigo para o peccado, que nesta vida sempre são incompletos, a necessidade de uma justiça final e absoluta, a tendencia para conhecimentos e perfeições, muito maiores do que as que podemos adquirir nesta vida. Estas tendencias, porem, cuja universalidade, entre todos os povos, acha sua expressão na universalidade da crença numa vida futura, não podem ficar completamente satisfeitas numa sobrevivencia qualquer da alma, mas só numa vida sempre duradoura. A falta do corpo não obsta, porque na medida em que fôr preciso, a acção do creador o pode supprir. (Do facto da resurreição temos certeza plena só pela revelação divina.) E', pois, innegavel o gravitar do homem para uma vida eterna, ora o creador não seria bom mas cruel se, creando o homem neste estado, não quizesse satisfazer esta tendencia, nem seria sabio se desse ao homem esta finalidade interna, não querendo dar-lhe o seu complemento natural: a Immortalidade.